

## **PROJETO DE LEI N.º 5.425, DE 2023**

(Do Sr. Gilberto Nascimento)

Fica instituída a Semana Nacional da Longevidade e de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa.

**DESPACHO:** 

APENSE-SE À(AO) PL-2061/2019.

**APRECIAÇÃO:** 

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

#### PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. Gilberto Nascimento)

Fica instituída a Semana Nacional da Longevidade e de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa.

#### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O §9, do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.							
26							
§ 9. Co	onteúdos re	elativos ao	s direitos hu	ımanos	seàp	revenção	de
todas a	s formas	de violênc	ia contra a	criança	a, o ado	olescente	), a
pessoa	idosa e a	mulher se	rão incluídos,	como	temas t	transvers	ais,
nos cur	rículos de	que trata	o caput des	ste ar	tigo, ob	servadas	as
diretrize	es da legisl	lação corre	spondente e	a pro	dução e	distribu	ição
de m	naterial	didático	adequado	a	cada	nível	de
ensino			" (N	NR)			

- Art. 2º Fica instituída a Semana Nacional da Longevidade e de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa, a ser realizada anualmente, no mês de outubro, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, e junto a administração pública direta e indireta com os seguintes objetivos:
- I contribuir para o conhecimento das disposições da Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- II impulsionar a reflexão sobre a longevidade, e novas formas de compreender a população idosa longeva;
- III -impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a pessoa idosa;
- IV integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a pessoa idosa;





- V abordar os mecanismos de assistência à pessoa idosa em situação de violência doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias;
- VI capacitar educadores e conscientizar a comunidade sobre violência nas relações afetivas;
- VII promover a produção e a distribuição de materiais educativos relativos ao combate da violência contra a pessoa idosa nas instituições de ensino.

Art.	30	Esta	Lei	entra	em	vigor	na	data	de	sua	pub	licaç	ão.
Sala	a da	s Ses	ssõe	es, em		de	!					de 20	023.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Estudos levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelaram que existem mais de 33 milhões de pessoas idosas no Brasil, ou seja, a porcentagem de pessoa idosa no Brasil em 2023 é de 15,1% da população. Esse número vem crescendo em razão dos avanços da medicina, da mudança de hábitos alimentares, além de outros fatores. Por isso, a promoção de uma vida longa e saudável deve ser prioridade para governos e sociedade.

Quando damos visibilidade ao tema, estimulamos a criação de políticas públicas que atendem esse grupo e, dessa forma, trabalhamos também itens essenciais para desenvolvimento da saúde, do país, além da economia.

As recentes notícias de violência contra a pessoa idosa têm impactado toda a população brasileira, o desenvolvimento de políticas públicas que mitiguem essa situação é de extrema relevância para nossa sociedade.

A presente proposta representa um passo significativo para fortalecer a pessoa idosa uma vez que debaterá temas de relevância para a população sênior nos mais diversos segmentos, como cultura, lazer, saúde, educação, legislação, promoção e assistência social, entre outros assuntos.

O envolvimento com o público escolar é extremamente relevante para que se inicie uma nova concepção de políticas públicas voltadas para o público longevo.

Por essas razões, esperamos contar com a sensibilidade e com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões	om	de	de 2023
Sala das Sessues	, em	ue	, ue 2023,





# Deputado Gilberto Nascimento PSD/SP







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 Art. 26	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199612- 20;9394
LEI N° 10.741, DE 1° DE OUTUBRO DE 2003	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200310-01;10741

FIM DO DOCUMENTO	
I IIII DO DOCCINEITO	